

Demonstrações Financeiras

RC Participações S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

RC Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
RC Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RC Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RC Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 11 de dezembro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP027623/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Alexandre', is written over the text of the company name.

Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC SP-211793/O

RC Participações S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5	16
Dividendos a receber	5	5.678	3.492
Impostos e contribuições a recuperar	5	2.947	2.130
Total do ativo circulante		8.630	5.638
Não circulante			
Outras contas a receber		630	630
Investimentos	6	123.537	106.275
Total do ativo não circulante		124.167	106.905
Total do ativo		132.797	112.543
Passivo			
Circulante			
Impostos e contribuições a recolher	7	150	530
Empréstimos - partes relacionadas		33	-
Dividendos a pagar	8	5.534	549
Outras contas a pagar		3	6
Total do passivo circulante		5.720	1.085
Não circulante			
Impostos e contribuições a recolher	7	102	251
Total do passivo não circulante		102	251
Patrimônio líquido	9		
Capital social		82.154	81.792
Reservas de lucros		44.751	29.153
Ajuste de avaliação patrimonial		70	262
Total do patrimônio líquido		126.975	111.207
Total do passivo e do patrimônio líquido		132.797	112.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(105)	(31)
Outras despesas operacionais, líquidas	10	(288)	(288)
Participação no lucro de investida	6	20.931	12.221
Lucro operacional		20.538	11.902
Receitas financeiras		197	(317)
Despesas financeiras		(153)	(258)
Lucro líquido do exercício		20.582	11.327
Média ponderada de ações no exercício - em milhares	9	83.000	83.000
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$		0,25	0,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	20.582	11.327
Outros componentes do resultado abrangente:		
Participação no resultado abrangente da investida	(192)	2.634
Total do resultado abrangente	20.390	13.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (a integralizar)	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva para investimentos			
Saldos em 01 de janeiro de 2021	83.000	(1.355)	1.425	18.668	(2.372)	-	99.366
Integralização do capital		147					147
Lucro líquido do exercício				423		11.327	11.750
Distribuição de dividendo mínimo e obrigatório						(2.690)	(2.690)
Efeito reflexo de investida					2.634		2.634
Constituição de reservas			566	8.071	-	(8.637)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	83.000	(1.208)	1.991	27.162	262	-	111.207
Integralização do capital	-	362	-	-	-	-	362
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	20.582	20.582
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal			1.050			(1.050)	
Distribuição de dividendo mínimo e obrigatório	-	-	-	(96)	-	(4.888)	(4.984)
Efeito reflexo de investida	-	-	-	-	(192)	-	(192)
Constituição de reserva para investimentos	-	-		15.694	-	(15.694)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	83.000	(846)	3.041	41.710	70	-	126.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	20.582	11.327
Ajustes de:		
Equivalência patrimonial	(20.931)	(12.221)
Amortização de intangível	288	288
Variações nas contas patrimoniais		
Impostos a recuperar	186	(279)
Outras contas a receber	-	1.755
Impostos a recolher	(529)	(123)
Outras contas a pagar	(1)	4
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(406)	751
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos de investida	-	3.851
Empréstimos recebidos de partes relacionadas	33	
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	33	3.851
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	(4.735)
Integralização de capital	362	147
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	362	(4.588)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(11)	14
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	16	2
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	16
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(11)	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

1. Contexto operacional

A RC Participações S.A. (“Companhia”) é uma holding de instituição financeira, que em seu Estatuto Social tem como objeto social única e exclusivamente a participação acionária em instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que está constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar - Torre Oeste, São Paulo, Estado de São Paulo.

A RC Participações S.A. é formada pelos sócios quotista Ruasinvest Participações S.A. e VT Cunha Participações Ltda. No entanto, todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre e os sócios/quotistas, independente do percentual de participação.

A RC Participações atualmente possui como único investimento no Banco Luso Brasileiro S.A., onde detém 49,23% de quotas de participação, sendo o Banco Luso uma instituição financeira especializada na concessão de diferentes tipos de crédito e na prestação de serviços para Companhias de médio e grande porte, especificamente no setor de transportes coletivos.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 11 de dezembro de 2023.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.2. Moeda estrangeira

2.2.2.1. *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.2.2.2. *Operações no exterior*

Os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de mensuração--Continuação

2.2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota Explicativa nº 11- Instrumentos Financeiros.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.2.4. Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de mensuração--Continuação

2.2.4. Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto--Continuação

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de mensuração--Continuação

2.2.5. Ativos circulantes e não circulantes

Investimentos

O investimento na coligada onde a Companhia possui influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligada inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação na coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de mensuração--Continuação

2.2.5. Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

Investimentos--Continuação

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Ágio

O ágio resulta da aquisição de coligada e representa o excesso da contraprestação transferida e do valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da coligada, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Relacionado ao Mercado
 - Propriedade Intelectual - Marca
- Relacionado a Cliente
 - Carteira de Clientes
 - Contratos Consignados

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de mensuração--Continuação

2.2.5. Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

Amortização

Marca - considerando a relevância do Banco Luso no mercado e seus vários anos de existência, foi utilizada vida útil de 20 anos remanescente para a Marca, conforme expectativa da Administração. Este é um período considerado razoável para que a transferência de atributos da marca adquirida para a marca adquirente seja realizada adequadamente, e minimize a eventual fuga de clientes para a concorrência, e mesmo para o reposicionamento do negócio, sendo este período aplicado para a avaliação da marca do Banco Luso.

Carteira de cliente - o Índice de Perda de Clientes (i.e. *churn rate*) utilizado foi de 6,0% a.a., reduzindo o total da carteira linearmente por um período de 16 anos e 8 meses, que é consistente com a vida média informada para o relacionamento com clientes dos produtos do Banco Luso.

Contratos consignados - foi utilizada *churn rate* de 19,6% baseada no prazo médio de empréstimos consignados para funcionários públicos, publicado pelo BACEN para a data-base. Adicionalmente, foi considerada taxa de renovação de empréstimos consignados de 40% até o prazo de vencimento dos contratos. Em 2020 o ativo foi totalmente amortizado.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

2.2.6. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de mensuração--Continuação

2.2.6. Impairment de ativos não financeiros--Continuação

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.3. Instrumentos financeiros

2.3.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

2.3.1. Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Os ativos financeiros da Companhia referem-se a caixa e equivalentes de caixa .

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em 90 dias a partir de sua emissão, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e
 - (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou
 - (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

2.3.1. Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)--Continuação

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.3.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar, mensurados ao custo amortizado.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

2.3.2. Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa) --Continuação

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Classificação corrente versus não corrente

Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

2.3.3. Compensação de instrumentos financeiros--Continuação

Classificação corrente versus não corrente--Continuação

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados no não circulante.

a) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas dos imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.

b) Apuração de resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência.

c) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais atribuídos diretamente à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos no patrimônio líquido como dedução, líquida de impostos, dos recursos obtidos.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

2.3.3. Compensação de instrumentos financeiros--Continuação

Classificação corrente versus não corrente--Continuação

c) Capital social--Continuação

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022. A Companhia concluiu que essas novas normas e alterações não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras. Bem como, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

3.1. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, as entidades devem aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.1. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022--Continuação

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)--
Continuação

Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo: depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não foi identificado contratos onerosos.

Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.1. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022--Continuação

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)--
Continuação

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da *IFRS 3 Business Combinations* (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da *IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou *IFRIC 21 Levies*, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.1. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022--Continuação

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez--Continuação

Esta alteração também se aplica a uma coligada ou *joint venture* que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser um adoptante pela primeira vez.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros durante o período.

IAS 41 Agriculture - Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola)

A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41 (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 ou CPC 29 à data de relato.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022

As novas normas, interpretações, e alterações emitidas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia não adotou essas normas na elaboração destas demonstrações financeiras, e pretende adotar, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022 --Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022 --Continuação

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2022	2021
Banco conta movimento	-	1
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	5	15
	5	16

5. Dividendos a receber

Os dividendos a receber em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão representados por juros sobre capital próprio que são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento.

a) Composição

	2022	2021
Juros sobre capital próprio a receber	5.678	3.492
Impostos de renda retido na fonte a recuperar	1.002	616
	6.680	4.108

b) Movimentação dos saldos

	JSCP	IRRF	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	3.234	1.851	5.085
Recebimento de JSCP	(3.234)	-	(3.234)
Juros sobre capital próprio de 2021	3.492	-	3.492
IRRF sobre juros sobre capital próprio de 2021	-	616	616
Utilização de IRRF a recuperar	-	(337)	(337)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.492	2.130	5.622
Aumento de capital na investida com JSCP	(3.492)	-	(3.492)
Juros sobre capital próprio de 2022	5.678	-	5.678
IRRF sobre juros sobre capital próprio de 2022	-	1.002	1.002
Utilização de IRRF a recuperar	-	(185)	(185)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.678	2.947	8.625

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

5. Dividendos a receber--Continuação

b) Movimentação dos saldos--Continuação

No exercício de 2022, a investida Banco Luso Brasileiro S.A. declarou em seu balanço o valor de JSCP (Juros sobre Capital Próprio) no montante de R\$13.570 (2021 - R\$8.344). Consequentemente, a Companhia registrou o valor de R\$6.680 (2021 - R\$4.108) referente à participação acionária de 49,23%.

6. Investimentos

	2022	2021
Banco Luso Brasileiro S.A.	114.291	96.741
Ágio - Banco Luso S.A.	7.283	7.283
Intangíveis	1.963	2.251
	123.537	106.275

a) Composição

	Investimentos em participação societária		Ágio		Saldo final do investimento	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Banco Luso Brasileiro S.A.	114.291	96.741	7.283	7.283	121.574	104.024
	114.291	96.741	7.283	7.283	121.574	104.024

	Investimentos em participação societária		Ágio		Saldo final do investimento	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Banco Luso Brasileiro S.A.	96.741	85.571	7.283	7.283	104.024	92.854
	96.741	85.571	7.283	7.283	104.024	92.854

O investimento no Banco Luso Brasileiro S.A. refere-se a 6.521.493 ações subscritas (5.664.898 em 2021), que correspondem a 49,23% de participação no patrimônio líquido do Banco Luso Brasileiro S.A, em 31 de dezembro de 2022. Em 2021, o percentual de participação era de 43%.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

b) Movimentação dos investimentos

	2022	2021
Investida: Banco Luso Brasileiro S.A.		
Em 1º de janeiro	96.741	85.571
Equivalência patrimonial	20.931	12.221
Distribuição de JSCP	(6.680)	(4.108)
Aumento de capital mediante integralização de JSCP de 2021	3.492	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(192)	3.057
Em 31 de dezembro	114.291	96.741

O resultado de equivalência patrimonial reconhecido na demonstração do resultado do exercício contém também a parcela relacionada ao juros sobre capital próprio que foi reconhecida em rubrica específica no balanço patrimonial.

c) Informações relevantes da Companhia investida

	2022	2021
Total do ativo	2.395.114	2.098.901
Total do passivo	2.162.957	1.898.648
Patrimônio líquido	232.157	200.253
Resultado do exercício	38.801	28.420

A estrutura acionária da Companhia investida em 31 de dezembro de 2022 estava distribuída em RC Participações S.A. 49,2302%, Amorim Aliança BV 49,2302% e Lusopar 1,5396%.

d) Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

Conforme mencionado na Nota 2.2.6 a Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos não financeiros de vida útil indefinida, o qual está substancialmente representado pelo ágio de expectativa de resultados futuros provenientes de combinação de negócios na aquisição da participação societária na coligada Banco Luso Brasileiro S.A.

O ágio é alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC), identificada de acordo com o segmento operacional, que nesse caso é representando pelo próprio Banco Luso Brasileiro S.A. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas de acordo com os planos da administração e levados a perpetuidade. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atual.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

d) Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio--
Continuação

Principais premissas utilizadas:

- As projeções financeiras foram elaboradas em Reais e em termos nominais, ou seja, sem considerar a inflação;
- A avaliação desse ativo intangível foi baseada em projeções de receita da coligada Banco Luso Brasileiro S.A. com base no portfólio de produtos financeiros, elaboradas de acordo com as premissas do modelo de avaliação econômico-financeiro da coligada;
- As despesas com imposto de renda e contribuição social foram aplicadas e projetadas com base na legislação tributária atual e alíquota aplicável de 34%.

Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida.

e) Intangíveis

	(Anos)	2022	2021
Amortizações dos intangíveis			
Relacionado ao mercado:			
Propriedade intelectual - marca	20	1.940	1.940
Relacionados a clientes:			
Carteira de clientes	16	3.123	3.123
Contratos consignados	8	2.128	2.128
(-) Amortização acumulada		(5.228)	(4.652)
		1.963	2.539

a) *Propriedade intelectual - marca*

O Banco Luso vem atuando há vários anos, tendo sua marca reconhecida na oferta de produtos de carteira comercial, crédito imobiliário, crédito rural e cartão de crédito. A partir de 2011, com a busca de novos acionistas, houve o reposicionamento estratégico do Banco Luso, com o foco passando a ser o setor de transporte público.

Toda a receita é auferida via Marca Banco Luso, não existindo marcas secundárias. Não há expectativas por parte dos novos acionistas de descontinuar a Marca, embora um processo de reposicionamento geral da marca venha sendo implementado.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

6. Investimento--Continuação

e) Intangíveis--Continuação

a) *Propriedade intelectual - marca*--Continuação

Consideramos que a Marca Banco Luso, por meio de seu posicionamento estratégico, de característica do mercado e do reconhecimento pelos consumidores, gera benefícios econômicos futuros para o negócio.

b) *Relacionados à carteira de clientes*

O valor deste relacionamento baseia-se na expectativa de rentabilidade que o relacionamento adquirido por cliente/contrato deve gerar ao Banco Luso. Esta rentabilidade é resultado da recorrência esperada na contratação por estes clientes de produtos do Banco. Esta carteira de clientes adquirida deve obrigatoriamente sofrer redução ("run off") com base no histórico de perda de clientes, determinando sua vida útil e os benefícios que tal grupo de clientes gerará pelo prazo de vida útil remanescente.

Considerando os aspectos acima mencionados, o relacionamento com clientes do Banco Luso apresenta um médio nível de importância para seus compradores potenciais. Os fatores determinantes para a manutenção dos relacionamentos são: oferta, demanda, qualidade e competição.

c) *Relacionados a Contratos Consignados*

O Banco Luso atua na concessão de empréstimos consignados a funcionários públicos de prefeituras do Estado de São Paulo, de Companhias públicas municipais, funcionários da Petrobrás, Marinha, e funcionários associados ao sistema SIAPE.

As receitas consideradas para esta carteira foram relativas a empréstimos já existentes e renovações ou recorrências de empréstimos dentro destes contratos entre o Banco Luso e as instituições públicas.

A receita do Banco Luso é composta pelos resultados de intermediação financeira nas operações de crédito com os funcionários públicos, segundo a Administração.

As projeções do Resultado de Intermediação Financeira foram baseadas em informações contratuais, projeções econômicas de analistas de mercado, assim como em dados históricos obtidos do Banco Luso e discutidos com a Administração.

Em Setembro de 2020 os ativos relacionados a *Contratos Consignados* foram total amortizados.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

7. Impostos e contribuições a recolher

	2022	2021
PIS - Programa de Integração Social	1	68
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1	313
Parcelamento de tributos federais - PIS e Cofins	148	149
	150	530
Passivo não circulante		
Parcelamento de tributos federais - PIS e Cofins	102	251
	252	781

8. Dividendos a pagar

	2022	2021
Dividendos a pagar	5.534	549
	5.534	549

a) Remuneração da administração

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma controlada do Grupo RuasInvest, sendo que seus administradores são remunerados por outras Empresas do Grupo.

9. Patrimônio líquido

a) Capital social - subscrito

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as ações e o capital social subscrito estavam distribuídos entre os acionistas conforme abaixo:

	2022			2021		
	Quantidade de ações	Participação no capital – R\$	Participação em %	Quantidade de ações	Participação no capital – R\$	Participação em %
Acionistas						
Ruasinvest Participações S.A.	55.338.946	55.339	66,67%	55.338.946	55.339	66,67%
VT Cunha Participações Ltda.	27.661.054	27.661	33,33%	27.661.054	27.661	33,33%
	83.000.000	83.000	100%	83.000.000	83.000	100%

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

9. Patrimônio líquido--Continuação

b) Capital social - integralizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as ações e o capital social subscrito e integralizados entre os acionistas conforme abaixo:

	2022			2021		
	Quantidade de ações	Participação no capital – R\$	Participação em %	Quantidade de ações	Participação no capital – R\$	Participação em %
Acionistas						
Ruainvest Participações S.A	54.841.410	54.841	66,75%	54.580.336	54.580	66,73%
VT Cunha Participações Ltda.	27.312.398	27.312	33,25%	27.211.348	27.211	33,27%
	82.153.808	82.154	100%	81.791.684	81.791	100%

c) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por ações, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d) Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Aumento de capital

Os acionistas integralizaram o capital mediante depósito em conta corrente em 2022 no valor de R\$362, e em 2021 no valor de R\$147.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

9. Patrimônio líquido--Continuação

f) Dividendos

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	20.582	11.327
Constituição da reserva legal (5%)	(1.050)	(566)
Base de cálculo dos dividendos	19.552	10.761
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	4.888	(2.690)
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

g) Destinação de resultado

Conforme descrito no estatuto social da Companhia, os acionistas decidiram pela destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal. Por deliberação da diretoria, o saldo remanescente será destinado para a reserva de retenção de lucros, para futuras destinações, conforme for deliberado pelos acionistas em AGO.

10. Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	(105)	(31)
Amortização de intangível	(288)	(288)
	(393)	(319)

11. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros:

	Valor futuro a pagar	6 meses ou menos	06 - 12 meses	Mais de 12 meses
Dividendos a pagar	5.534	-	5.534	-
	5.534	-	5.534	-

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

b) *Risco de moeda*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros. A Companhia não trabalha com a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

A Companhia não possui aplicações sujeitas a exposição por risco cambial.

A Companhia não possui empréstimos em moeda estrangeira.

c) *Risco de taxa de juros*

Análise de sensibilidade

As variações mais significativas estão atreladas às operações pós-fixadas registradas no grupo de aplicações financeiras. A Companhia não possui tais aplicações em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Não houve alterações na abordagem da Companhia referente à administração de capital durante o ano.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia abaixo, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

c) *Risco de taxa de juros--Continuação*

Classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

	2022	2021
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	5	16
Outras contas a receber	630	630
	635	646
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Outras contas a pagar	3	6
	3	6

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	2022	2021
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	5	16
Outras contas a receber	630	630
	635	646
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Outras contas a pagar	3	6
	3	6

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração do valor justo--Continuação

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

De acordo com o processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, todos estão classificados no Nível 2.

12. Eventos subsequentes

Durante o exercício 2023, a Companhia iniciou as tratativas para venda de 16,40% de participação no Banco Luso do Brasil S.A. Tal transação encontra-se sob revisão e aguardando a aprovação do BACEN - Banco Central do Brasil, para cumprimento das obrigações precedentes.

* * *